

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se**Publique - se**

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

- O Governo e as direções escolares chamaram os psicólogos a participar no processo de recrutamento e seleção de assistentes técnicos e assistentes operacionais.

- Esta atividade é um alargamento das funções previstas para os serviços de psicologia na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, no seu Capítulo III - Apoios e complementos educativos e, conseqüentemente, não a como um enriquecimento da função de psicólogo em contexto escolar.

- De acordo com Artigo 29.º da LBSE - Apoio psicológico e orientação escolar e profissional - o apoio no desenvolvimento psicológico dos alunos e à sua orientação escolar e profissional, bem como o apoio psicopedagógico às atividades educativas e ao sistema de relações da comunidade escolar, são realizados por serviços de psicologia e orientação escolar profissional inseridos em estruturas regionais escolares.

- Esta atividade não está prevista como atribuição/competência do psicólogo do serviço de psicologia e orientação, no Decreto-Lei n.º 190/91, que criou nos estabelecimentos de educação e ensino públicos os serviços de psicologia e orientação, nem nas Orientações para o trabalho em Psicologia Educativa nas Escolas, elaborada pela Direcção-Geral de Educação em colaboração com a Ordem dos Psicólogos Portugueses, em 2018.

- A generalidade dos psicólogos foi contratada devido à sua formação e experiência em psicologia da educação/educacional e não em psicologia do trabalho, social e das organizações.

- Enquanto profissionais responsáveis, os psicólogos consideram o processo de recrutamento e seleção de adultos, e em particular a avaliação psicológica, um processo de enorme responsabilidade sustentado por critérios éticos do código deontológico da especialidade inerente a estas funções. Como tal consideram que este processo de seleção de pessoal deve

ser levado a cabo por psicólogos/as devidamente certificados na área de recrutamento e seleção.

- A exigência do dever de os psicólogos realizarem esta atividade coloca-lhes um dilema perante o Princípio B do 'Código Ético e Deontológico': "Cada psicólogo deve garantir as suas qualificações particulares em virtude dos seus estudos, formação e experiência específicas, fixando pelas mesmas os seus próprios limites."

- Para além de todas estas questões, e sendo já tão alargado o leque de funções e a dificuldade em dar resposta a todas as necessidades e solicitações no âmbito das suas competências, seria altamente penalizador para a comunidade educativa o psicólogo escolar acumular ainda outras funções desta natureza.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro da Educação, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 - Vai o Ministério da Educação recuar quanto à participação dos psicólogos das escolas na avaliação psicológica, no âmbito do processo de recrutamento e seleção de assistentes técnicos e assistentes operacionais?

2 - Uma vez que os psicólogos defendem que a seleção profissional tem especificidades e, como tal, não são os psicólogos escolares os mais indicados para a realizar, considera V. Exa que esta função seja atribuída ao Serviço Público de Emprego ou às Câmaras Municipais?

Palácio de São Bento, 29 de maio de 2019

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)